

Vol V, núm. 2, jul-dez, 2021, pág- 285-305.

EMERGÊNCIA DA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL EM MOÇAMBIQUE: PRODUÇÃO EM CURSO

Pedro Manuel Napido

RESUMO

O estudo que ora se apresenta é um recorte dos resultados da tese de doutorado que discutiu sobre a história da emergência da literatura infantil e juvenil em Moçambique através das obras, autores e fontes. O texto se objetiva apresentar o contexto sociohistórico da sua emergência, a obra iniciática e a produção em curso. Os resultados mostram que esta literatura emerge no período pós-independência com a publicação da obra *Papá operário mais seis histórias*, de Orlando Mendes, numa temática centrada na satisfação dos interesses da revolução. A produção actual subverte os preconceitos doutrinários através da arte. A metodologia que ampara este artigo é a revisão bibliográfica e consulta documental. Com os resultados também se almeja fomentar discussões referentes aos saberes necessários à prática pedagógica, especificamente a prática dos professores de língua portuguesa no conhecimento da história desta literatura para permitir a seleção de textos de diversos autores para a formação de leitores literários.

Palavras-chave: Literatura; professor; pedagogia, arte.

ABSTRACT

The study now presented is an excerpt from the results of the doctoral thesis that discussed the history of the emergence of children's and youth literature in Mozambique through the books, authors and sources. The text aims to present the socio-historical context of its emergence, the initiatory book and the production in progress. The results show that this literature emerges in the post-independence period with the publication of the *Papá operário mais seis histórias*, by Orlando Mendes, on a theme centered on satisfying the interests of the revolution. Current production subverts doctrinal prejudices through art. The methodology that supports this article is the bibliographic review and documentary consultation. The results also aim to foster discussions regarding the knowledge necessary for pedagogical practice, specifically the practice of Portuguese language teachers in the knowledge of the history of this literature to allow the selection of texts by different authors for the training of literary readers.

Keywords: Literature; teacher; pedagogy, art.

Notas iniciais

Até 1980, altura da publicação da primeira obra infantil, *Papá operário mais seis histórias*, de Orlando Mendes, a produção literária era, de maneira geral, de intelectuais que provinham da classe média assimilada, composta por descendentes dos europeus, asiáticos e moçambicanos. A adoção da economia centralmente planificada e de aliança operário-camponesa impedia a prática da economia de mercado sendo que, para melhor distribuição da riqueza aos moçambicanos na zona urbana, foram criadas Lojas do Povo e Cooperativas de Consumo e, na zona rural, Cooperativas Agrícolas, Machambas do Povo e Aldeias Comuns. Desse modo, alguns moçambicanos com benefícios socioeconômicos ficaram enfraquecidos porque não se identificaram, de início, com a ruptura do capitalismo e a burguesia colonial. Esses cenários influenciaram, no seu conjunto, o surgimento de variados segmentos que começaram a compor a população urbana e suburbana até 1975, em território habitado apenas pelos colonos, comerciantes asiáticos e poucos moçambicanos. Assim, esses espaços foram ocupados pelos operários, funcionários públicos, combatentes da luta de libertação nacional, refugiados da guerra civil e jovens saídos da zona rural em busca de oportunidades de instrução e ascensão social. Importa referir que nos primeiros anos pós-independência o espaço suburbano mantinha quase os mesmos preconceitos coloniais. Noa caracteriza o espaço suburbano em relação ao urbano:

Uma topografia de encruzilhadas sociais, culturais, raciais, linguísticas, geográficas, este é, seguramente, um dos resultados mais emblemáticos e problemáticos da colonização [...] situado entre o campo e a cidade, o subúrbio mantém, em relação ao urbano, o vínculo das origens que se vai diluindo num substrato que adquire, em determinados momentos, contornos quase míticos (NOA, 2008, p. 38).

Em Moçambique, o espaço suburbano desempenha um papel dinamizador das mudanças socioeconômicas e políticas do país. Foi nos subúrbios da capital que surgiu grande parte dos nacionalistas, intelectuais, escritores que lutaram pela independência nacional. Pela sua dinâmica, esse espaço tem contribuído para a transformação e manutenção do mosaico cultural e linguístico.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Em decorrência disso, quebradas as barreiras impostas pelo colonialismo sobre a topografia urbana, verificou-se uma “acelerada” expansão das zonas periféricas que colocaram enormes desafios ao governo: provimento de água, luz, saneamento básico, requalificação urbana, educação, saúde, transporte, segurança pública, entre vários benefícios sociais com vista à melhoria das condições de vida e ascensão da classe média nacional, que vai consumindo produtos industrializados e bens culturais entre os quais se destacam diferentes publicações, como jornais, revistas, poesia de combate, material escolar e livros para crianças e jovens.

Depois da nacionalização do ensino, avançou-se para um vigoroso impulso no processo educacional não só de crianças e jovens como também dos adultos porque as escolas estavam abertas para todo o povo, sem qualquer tipo de discriminação. Apesar disso, a situação, até 1980, não possibilitava a produção literária escrita dos operários e camponeses, mas os mesmos possuíam uma vasta experiência da literatura oral baseada em poesia e histórias transmitidas pelos seus antepassados, que não se exprimiam pela escrita. Tal como sucedeu com La Fontaine e Charles Perrault, na França, e os irmãos Jacob e William Grimm, na Alemanha cujas histórias para crianças pertencem ao património popular, era necessário que os intelectuais moçambicanos não deixassem perder esse património oral latente, preservando com a escrita a literatura oral como veículo da cultura de um povo.

Nessa altura, a nitidez dos efeitos da colonização portuguesa, da luta de libertação nacional, da implantação do marxismo, da euforia da independência, da guerra civil entre o governo da Frelimo e a Renamo, modificou a forma de narrar, de escrever e do endereçamento. Assim, o atual contexto altera o fazer literário e o escritor é chamado a participar no processo de negociação identitária, na qual Mendes afirma:

Queremos que os operários e camponeses e os trabalhadores de maneira geral, conheçam a nossa literatura, a interroguem, a discutam e a compreendam. Não são letrados na sua maioria. [...] Que a produção literária nacional seja lida para eles, interpretada para eles, oralmente, traduzindo-se esse trabalho em línguas moçambicanas se for indispensável. E aqui se tratará de reverter a literatura

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

escrita para literatura oral, alargando-se assim o mais possível o circuito da divulgação literária [...] (MENDES, 1980, p.179-180).

É nesse quadro que se desenha a história da emergência da literatura infantil e juvenil em Moçambique no período pós-independência. Desse modo, olhando para esse momento, Secco (2007, p. 10) não duvida: “Contudo, sem dúvida alguma, só a partir das décadas de 1980, 1990 e 2000, principalmente com a paz, é que uma nova literatura infanto-juvenil, começou a surgir e a ser editada em Angola e Moçambique”. Sobre a mesma matéria, baseando-se no relatório de Macamo (2003), Oliveira defende:

Como a literatura infanto-juvenil parece originária dos anos 70, precisamente em 1979, após publicação de quatro livros, conforme consta do relatório de Macamo (2003), podemos inferir que o seu nascimento no âmbito da escrita emerge na pós-independência. Essa época marcada pela reconstrução do nacionalismo moçambicano, após tantos anos de conflitos internos no país (OLIVEIRA, 2010, p. 163).

Com base nessas afirmações, para demarcamos a emergência da literatura infantil e juvenil em Moçambique, partimos do levantamento realizado por Júlio Navarro e António Sopa “Moçambique através dos livros: subsídios para uma bibliografia nacional (Junho de 1975- Agosto de 1998)” que indica a publicação das seguintes obras para crianças e jovens neste período:

1. *O Coelho e o macaco e outros contos*

Maputo, INLD, 1978, Coleção Chirico

2. *O Continuador e a revolução*

Poemas coligidos por Maria da Rosa Colaço

Capa e ilustração: DNPP

Maputo, INLD, 1978; Coleção: Chirico

3. *Como todos juntos salvaram o cabritinho*

S. Mijalkov; Tradução e adaptação: João da Fonseca Amaral

Capa e ilustração: Maria Senzane

Maputo, INLD, 1979; Coleção: Chirico

4. *Luta de tração: uma aventura do coelho*

adaptação para o teatro infantil de um conto tradicional moçambicano.

Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, INLD, 1979

5. *Puzzle infantil: jogos*

Maputo, s.n.; 1979

6. *O Senhor abutre*

Nena Valdez Recio

Tradução e adaptação: João Fonseca Amaral

Capa e ilustração: Maria Sensane

Maputo, INLD, 1979; Coleção: Piriquito 2

7. *Njingiritane*

jogos, contos, adivinhas, passatempos, construções,

labirintos, trabalhos manuais, banda desenhada e brinquedos.

Maputo, INLD, 1979; Coleção: Jogos

8. *A Formiga Cláudia*

Nena Valdez Recio

Tradução e adaptação: João Fonseca Amaral

Capa e ilustração: Maria Sensani

Maputo, INLD, 1979, Coleção: Piriquito

Considerando esse levantamento, notamos que as obras abarcam os três gêneros literários: lírico, narrativo e dramático. Apesar de algumas obras revelarem a autoria institucional - Instituto Nacional do Livro e do Disco - INLD, subentende-se que as mesmas refletem as visões de mundo que o Estado pretendia inculcar nas crianças e jovens da época. Nessa ótica, entendemos que a entidade coletiva que produz, edita e divulga os livros de literatura infantil e juvenil representa, consciente ou inconscientemente, as visões que

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

determinado grupo social, ocupando cargos políticos e diretivos no topo do poder, pretende disseminar sobre sua imagem e dos seus feitos entre os leitores.

Até aqui, desse levantamento, as únicas obras de autoria individual, traduzidas e adaptadas desempenharam um papel fulcral na inspiração dos autores que viriam a produzir obras de literatura infantil e juvenil nos anos subsequentes, fazendo, desse modo, parte do acervo bibliográfico moçambicano. Com base nos fenômenos sociohistóricos mais visíveis ora apresentados, podemos afirmar que a literatura infantil e juvenil em Moçambique “regular e autônoma”, com textos e autores postos a circular junto ao público, assim como a história da literatura infantil e juvenil em Moçambique, enquanto processo, inicia-se em 1978 e culmina com a publicação da primeira obra infantil de autoria individual em 1980, *Papá operário mais seis histórias*, de Orlando Mendes cujo lançamento foi na Escola Primária Unidade 31, localizada no bairro Hulene na da cidade de Maputo.

A partir de 1990, com a aprovação da nova constituição e apesar das mudanças operadas na área cultural em geral e na literária, em particular, grande parte das obras de literatura infantil e juvenil ainda mantém a sua intenção pedagógica. Apesar dessa tendência edificante, tem-se verificado que a escrita cotidiana, por exemplo, envereda pelo projeto estético.

Política para o livro

A política para o livro representa um conjunto de medidas, regulamentos e indicadores para administrar o desenvolvimento e a disseminação com a finalidade de promover a criação de uma sociedade de leitura, onde o livro faz parte da vida, da ocupação lúdica do tempo livre e do lazer dos moçambicanos. Mais ainda, essa política serve de instrumento para que não só o cidadão atinja os conhecimentos como também é útil para a preservação das tradições e como suporte de fixação das culturas.

A lei nº 10/88 de 22 de dezembro, determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. O nº 1 do Artigo 2 da mesma lei sustenta: “A lei aplica-se aos bens do património cultural na posse do Estado, dos organismos de

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

direito público ou de pessoas singulares ou coletivas sem prejuízo de direitos de propriedades que couberem aos respectivos titulares”.

Com base no exposto, em Moçambique ainda não existe uma lei que regule apenas o livro de literatura infantil e juvenil, mas o mesmo é regido pela política geral do livro, publicada no Boletim da República com a Resolução n.º 57/2011, que na sua introdução considera: “Apesar de Moçambique estar a conhecer um crescimento considerável no domínio do livro, a ausência de uma política contendo linhas orientadoras do seu desenvolvimento tem levado, em certos casos, à adoção de critérios não harmonizados na colmatação de carências do setor”.

É nesse âmbito que, reconhecendo os direitos dos cidadãos no desenvolvimento do espírito de pesquisa e libertação do imaginário através do livro, o Estado cria condições para que todos os cidadãos tenham direitos e oportunidades iguais no acesso e uso do livro em geral e do infantil e juvenil em particular.

No desenvolvimento de mecanismos de acesso ao livro, a Política para o Livro (2011, p. 44) defende: “O êxito do Sistema Nacional de Educação, das campanhas de alfabetização, da criação literária, científica e artística, bem como o gosto pela leitura, como mecanismos de formação do ser humano, requer a disponibilização do livro a todos os níveis”. Para alcançar esses objetivos, ações multissetoriais de instituições públicas e privadas, das Organizações Não Governamentais e Parceiros de Cooperação do Governo devem ser conjugadas no sentido da criação de condições para a fixação de preços acessíveis ao livro, apetrechamento de redes de bibliotecas públicas, escolares e privadas bem como a promoção e realização de feiras de livros em todo o território.

Por seu turno, a Lei nº 4/94, de 13 de setembro de 1994, estabelece os princípios básicos que permitem estender a ação de pessoas jurídicas ou coletivas, públicas ou privadas, que desenvolvam atividades financeiras ou materialmente as apoiem, no campo das artes, letras, ciência, cultura e ação social.

Entretanto, a ideia que já foi importante para o Instituto Nacional do Livro e Disco - INLD é esta mesma lei 4/94 chamada “Lei do Mecenato”. Determinou que o livro e os seus insumos ficariam isentos de direitos alfandegários e de impostos de circulação. A ideia

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

concretizada sobre a produção do livro escolar pelas editoras e não pelo Estado dá um incremento à indústria livreira, porque os editores podem se arriscar a avançar, sabendo que terão um mercado assegurado devido à opção do Estado em comprar a produção através de um fundo denominado “caixa escolar”.

Apesar dessas prerrogativas, desde a sua emergência, nem sempre as normas de produção das obras de literatura infantil e juvenil são efetivamente respeitadas. Em algumas obras não se observa a qualidade gráfica que se traduz na excelência de um projeto gráfico capaz de motivar e enriquecer a interação do leitor com o texto. Em vários casos, as ilustrações carecem de qualidade estética e, por vezes, não há articulação entre o texto e as ilustrações.

Tem-se notado que a qualidade textual não obedece os requisitos estéticos e literários, os aspetos gráficos não atendem aos interesses das crianças e jovens, são hostis aos diferentes contextos sociais, rotineiros e culturais em que vivem. Como é sabido, os textos extensos não respeitam o repertório linguístico dos seus destinatários. Conforme tem-se veiculado por indivíduos ligados ao mercado editorial, as causas da má qualidade se assentam nos factores compensatórios. Parece que a fraca divulgação da literatura infantil e juvenil, principalmente no meio escolar, aliada à falta de formação de leitores literários fazem com que não haja interesse pelos investimentos na qualidade dos livros.

A formação de leitores literários, competentes e críticos, depende da qualidade textual, verbal e imagética tal como Ramos e Nunes defendem:

A ilustração atrai o olhar do sujeito que se deslumbra e volta sobre o que vê, para interagir com o texto, ou seja, com a nova realidade apresentada pela imagem. Em síntese, a ilustração convida o leitor a viver uma experiência estética, não se trata apenas de observar uma obra artisticamente executada, percebendo seus materiais ou técnicas de produção, mas recebê-la, senti-la, deixar-se levar pela emoção que aquele conjunto, artisticamente constituído, provoca (RAMOS e NUNES, 2013, p. 247).

Ademais, a citação enfatiza que a fraca qualidade das obras pode trazer enormes consequências negativas, se admitirmos a hipótese de que nem sempre oferece ao público infantil e juvenil um produto feito de acordo com o padrão mínimo de qualidade. É

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

provável que haja livros mortos, isto é, que são publicados num momento, caem no esquecimento e nunca mais sejam editados por se revelaram definitivamente inúteis.

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano coordena apenas o processo de avaliação e composição dos acervos do livro escolar através de uma comissão (CALE). Não existe no país uma instituição de ensino superior que, sob sua coordenação, se pudesse executar a avaliação dos critérios de qualidade textual, temática e gráfica¹ das obras de literatura infantil e juvenil. Parece que isso tem acontecido pelo fato de o ensino fundamental ser gratuito e obrigatório, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir a distribuição de cerca de 14 mil livros anualmente, sendo as obras de literatura infantil e juvenil, na escola, de carácter complementar.

Os livros didáticos, no 1º Ciclo, o setor da educação distribui anualmente dois livros por aluno (Português e Matemática) gratuitamente e eles usam os mesmos como cadernos, anotando neles as matérias; da 3ª à 7ª classe, a média é de 7 livros por aluno e no final são devolvidos à escola para que possam servir aos outros. De uma forma geral, a taxa de reposição do mesmo é de 20-30%. Para o Ensino Secundário Geral (ESG) e o ensino Técnico Profissional a aquisição dos livros e de outros materiais existentes nas livrarias é da responsabilidade do aluno.

Um estudo etnográfico realizado numa das Escolas do ensino Fundamental localizadas na zona suburbana da cidade de Maputo, por Dias, sobre ‘Materiais didáticos, educação psicomotora e reintrodução da pré-primária’ constata:

O problema mais agudo dos materiais didáticos coloca-se em relação aos livros didáticos. [...] A situação mais alarmante coloca-se nas classes mais avançadas (3ª; 4ª e 5ª) em que os textos são mais longos. Os professores levam cerca de meia aula (20 min) copiando o texto no quadro e os alunos ocupam os restantes 20 min da aula transcrevendo o texto para os cadernos [...] (DIAS, 2016, p. 28-9).

¹ Qualidade textual – aspetos éticos, estéticos e literários, na sua estruturação narrativa, poética ou imagética, numa escolha vocabular que respeite e amplie o repertório linguístico de crianças de faixa etária correspondente à educação infantil.

- qualidade temática – que se manifesta na diversidade e adequação dos temas, no entendimento dos interesses da criança, dos diferentes contextos sociais e culturais em que vivem e ao nível dos conhecimentos prévios que possuem.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

No caso da sala de aula, para além da cópia dos textos no quadro, o mesmo estudo revela que, para resolver a falta do livro, em caso de turmas não numerosas, o professor forma grupos de três alunos, ou de dez a vinte alunos, em caso de turmas numerosas, para permitir que passem as lições para os seus cadernos. Essas observações permitem-nos concluir que, apesar da Política para o Livro traçar as principais trajetórias que conduzam o país à formação de uma sociedade leitora, ainda persistem enormes desafios em relação ao atual imaginário que se tem sobre o livro. Com efeito, uma política do livro de literatura infantil e juvenil autônoma poderá contribuir para a configuração e desenvolvimento dessa literatura em formação.

PAPÁ OPERÁRIO MAIS SEIS HISTÓRIAS: RECEPÇÃO CRÍTICA

A produção da obra *Papá Operário mais seis histórias*, de Orlando Mendes, acontece numa altura que o país recém-independente atravessa momentos intensos de reinvenção política socioeconômica e cultural. Esses fatores mostram, nessa época, a sua fraca distribuição, recepção e consumo por parte dos seus destinatários.

Apesar dessas vicissitudes, importa referir que o percurso literário do autor não só na produção das obras de literatura para os adultos como também o seu empenho e contribuição nas outras artes justificam considerá-lo, até prova em contrário, pai da literatura infantil em Moçambique. Contrariamente ao que Oliveira (2010, p. 160) defende de que Alberto da Barca é “um dos fundadores da literatura infantil moçambicana dos anos 80”, baseando-se na fala do próprio Barca² no evento “Literatura infanto-juvenil brasileira e moçambicana: Problemas e perspectivas”, realizado na Associação dos Escritores Moçambicanos, no dia 07/08/2009, reforçamos o nosso posicionamento através da notícia do semanário Tempo n.º 521, de 5 de Outubro de 1980³, segundo a qual

² Se por um lado, no caso do Brasil, ainda se está à procura de um espaço para os personagens negros na vasta literatura infanto-juvenil, nosso contexto é outro, estamos à procura de um espaço para a literatura infantil como forma de expressão literária [...] (Alberto da Barca).

³ A Revista Tempo N.º 521 “Fatos e fotos” do dia 05 de Outubro de 1980, Maputo, República Popular de Moçambique fez uma reportagem sobre o evento a partir do local do lançamento do livro de Orlando Mendes: Centenas de crianças, na Escola Primária Unidade 31 do bairro do Hulene, em Maputo, assistiram ao lançamento do livro infantil *Papá Operário mais seis histórias* de autoria do escritor moçambicano Orlando Mendes. **É o primeiro livro infantil de um escritor moçambicano** e cujo lançamento é feito na presença do autor. Na cerimónia, Orlando Mendes foi alvo de manifestações de simpatia e carinho principalmente por parte dos pequenos leitores - a quem é dirigida a sua obra - o encerramento da cerimónia culminou com a venda do livro, tendo alguns exemplares sido autografados pelo autor. Num contato feito

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Papá Operário mais seis histórias, de Orlando Mendes, é o primeiro livro infantil de um escritor moçambicano, cujo lançamento é feito na presença do autor na Escola Primária Unidade 31, no bairro Hulene, na cidade de Maputo.

Por seu turno, o Jornal notícias N° 18442, de 02 de Outubro de 1980, em Maputo, República Popular de Moçambique, escreve: “Papá Operário à venda”⁴

Para além da recepção crítica jornalística, outro fato testemunhal sobre a mesma obra localizada no Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo, é de que no canto superior esquerdo, ter a cota (C 1 a), que pressupõe ter sido a primeira a ser registrada na ordem das poucas obras de literatura infantil e juvenil disponíveis nessa biblioteca. Mais ainda, o final da página 46 da obra apresenta a data em que a mesma foi escrita: Maputo, julho de 1979 e viria a ser publicada no ano seguinte. Do levantamento bibliográfico feito por Navarro e Sopa (1998) entre as obras datadas de 1978 e 1979 nenhuma delas é de autoria individual o que reforça “Papá Operário mais seis histórias” o seu estatuto de obra de literatura infantil primordial em Moçambique.

Licenciado em ciências biológicas pela Universidade de Coimbra e influenciado pelo neorrealismo português, Orlando Mendes é poeta, romancista, dramaturgo e crítico literário: publicou 19 livros em Moçambique, Portugal e Brasil entre as quais *O menino que não cresce*, em 1986. Para além de ser autor da primeira obra infantil, publicou, em 1966, Portugal, o primeiro romance de um autor moçambicano.

Mendes publica *Papá Operário mais seis histórias*, apenas cinco anos após a proclamação da independência, em um momento que a literatura assim como outras manifestações artísticas voltam-se à própria história e seus fatos (a luta armada e a

pela nossa reportagem com o INLD soubemos que só no lançamento, no bairro do Hulene, foram vendidos 230 exemplares. Esta edição já se encontra no mercado ao preço de vinte Meticais (TEMPO, 1980, p. 27).

⁴ Assinalou-se anteontem na Escola Primária Unidade 31, no bairro de Hulene, a cerimónia do lançamento público do **famoso livro** infantil *Papá Operário*, de autoria do escritor e poeta moçambicano Orlando Mendes, editado pelo Instituto Nacional do Livro e do Disco, integrado na coleção de livros para crianças, denominado “Chirico”. A cerimónia que marcou o lançamento do livro *Papá Operário* contou com a presença do autor, para além de centenas de crianças e alunos daquela escola Primária que apresentaram vários números de música e dança. Orlando Mendes, um dos mais conhecidos escritores e poetas moçambicanos, historiou às centenas de crianças presentes no encontro as suas impressões sobre a sua **primeira obra dedicada às crianças**, destacando os temas que aborda no *Papá Operário*. O livro, contendo seis histórias, começou a partir de ontem a ser distribuído pelas livrarias de todo o país, ao preço de vinte Meticais (NOTÍCIAS, 1980, p. 3).

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

revolução). Há uma tendência de fixação de episódios de vivências experienciadas no tempo colonial, na sua relação com a atualidade, como ele observa: “De resto, aceita-se e até se aplaude, o recurso ao passado na fixação narrativa, porque esse tempo, com todas as suas marcas não pode (nem deve) ser esquecido e a sua livre interpretação desinibida é determinante para explicar historicamente o tempo que decorre e se vive intensamente (MENDES, 1980, p.118)”.

Papá operário mais seis histórias representa o contexto sociohistórico de Moçambique no período pós-independência. A voz do narrador busca inculcar no espírito do receptor os ganhos da independência; a importância da instrução para crianças, jovens e adultos; a necessidade da união entre os moçambicanos e os malefícios da colonização portuguesa ao povo moçambicano. É revelado o papel dos operários, dos camponeses, das crianças, dos jovens e dos adultos na construção da nação idealizada pelo partido no poder. A euforia da independência contagia quando se vive uma nova era em que o poder pertence ao Estado e o Estado é composto pelos operários, camponeses e combatentes.

Os personagens dos contos são seres humanos e animais humanizados com forte presença da fantasia e humor: Zeca é o menino que pretende abraçar a profissão do pai que é operário numa indústria moageira, mas em casa faz trabalhos de serralharia e carpintaria sem fins lucrativos apenas para uso próprio, ajudando familiares e amigos. Papá representa a classe operária que no passado colonial era explorada pelos seus patrões portugueses e atualmente trabalha para o Estado; as fábricas são do povo, os lucros são usados pelo Estado para o bem do povo. Nos finais de semana, os operários, para além das reuniões do povo, praticam atividades culturais e assistem aos jogos nas diversas modalidades na companhia de amigos, colegas ou suas famílias.

Os animais humanizados são as formigas, os elefantes, o coelho, o corvo, as galinhas, os perús e os pombos. A intencionalidade é uma tentativa de demonstrar o valor da união, da solidariedade, da solução das diferenças num ambiente de paz e concórdia, o respeito pela diferença, a luta contra a inveja, a magia, a feitiçaria, a ignorância, o boato entre vários males que provocam a desunião entre as pessoas.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

No conto “Vovó não é velha”, pretende mostrar-se que apesar da idade avançada, a Vovó representa a moral social e dos camponeses uma vez que ela frequenta a escola da Cooperativa Agrícola de alfabetização e educação dos adultos. Contrariamente aos “inimigos da independência” que pensam em se oporem aos benefícios da revolução, ela é à favor das Aldeias Comunais, das Machambas do Povo, Lojas do Povo e das Cooperativas Agrícolas. As escolas, os postos de saúde, as estradas, as esquadras da polícia ficam mais próximas dos aldeões a fim de facilitarem ao governo no combate à miséria imposta ao povo pelo colonialismo.

As crianças e os jovens, para além de estudarem e ajudarem os mais velhos a aprender, nas horas livres jogam e brincam: saltam a corda, jogam escondida, cantam, dançam, caçam passarinhos com figas, apanham goiabas e amoras. Do mesmo modo, por serem consideradas como continuadoras da revolução, algumas delas fazem parte dos grupos de vigilância, tal como se refere no conto “Uma tarde naquele prédio” em que o menino Vitó, diante dos mais velhos, toma a iniciativa de telefonar aos bombeiros a fim de salvarem uma criança de 3 anos presa no elevador quando a mãe estava na fila para a compra dos gêneros alimentícios.

A fase da economia centralmente planificada ou de estatização econômica, registrava-se uma escassez de quase todos os produtos. Assim, com relação aos produtos da primeira necessidade, as Lojas do Povo e as Cooperativas de Consumo, por vezes, não tinham a capacidade suficiente em fornecer às populações nas zonas urbanas. Assim, a mesma população formava longas filas para adquirí-los.

As ações das histórias decorrem em espaços confluentes entre abertos e fechados: no ambiente escolar, nos quintais das casas, nos quartos, debaixo das árvores e nas estradas. No nosso entender, todas as histórias que compõem a obra demonstram uma tendência do cumprimento do projeto revolucionário e pedagógico porque entre as várias estratégias de construção da nação só seria possível olhando para esses dois aspetos.

Produção em curso: Mia Couto na Literatura infantil e juvenil

Foi através da geração dos escritores da revista Charrua, dentro da AEMO, que a literatura moçambicana para os adultos inicia a releitura do modelo “intimista” vigente. As

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

polêmicas geradas em torno das obras *Vozes anoitecidas*, de Mia Couto e *Malungate*, de Albino Magaia, resultam do seu caráter subversivo ao modelo oficial revolucionário que não era determinante para a identidade e a nacionalidade moçambicana.

A obra *Vozes anoitecidas* tenta representar a condição de fronteira entre a tradição ocidental e o saber local revestido pela oralidade, fatos que nos remetem à questão da construção da identidade: retoma o espaço de pertença à pátria, o apego à tradição oral e popular através do qual o leitor nativo possa se (re)conhecer. Assim, comentando sobre os contos da mesma obra e a presença da oralidade, Leite afirma:

O conto assim como as narrativas orais contam uma história, que nos remete à ideia de memória que apesar de narrar o que aconteceu a um indivíduo, transforma-se em memória ancestral (memória de muitas vozes, memória coletiva e de muitos tempos) com um efeito de significação mítica através dos ancestrais e da escrita (LEITE, 2013, p.33).

A mesma autora divide a apropriação da oralidade na escrita Coutiana em 2 níveis: o primeiro trata das transformações fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais; o segundo consiste na recuperação das estratégias da oralidade com recurso aos provérbios, a sentenças, a frases feitas e portadoras de sentido didático-filosóficos.

Em 2001 Mia Couto inicia a publicação das seguintes obras: *O gato e o escuro* (2001), ilustrações de Danuta Wojciechow; *O beijo da palavrinha* (2006), ilustrações de Malangatana; *O pátio das sombras* (2009), ilustrações de Malangatana; *O menino no sapatinho* (2013), ilustrações de Danuta Wojciechow.

Parece ser possível afirmarmos com segurança que as obras de literatura infantil e juvenil de Mia Couto não comungam com o caráter pedagogizante. Tomando como exemplo sua narrativa *O gato e o escuro*, ressaltamos a presença da oralidade, que retoma estruturas linguísticas do uso cotidiano de forma inventiva. A narrativa dá autonomia à figura do gatinho Pintalgato, como se experimentando no mundo pela primeira vez, conferindo-lhe uma sabedoria e imaginação, próprias, fora do controle da mãe. Parece ser tema central a descoberta ou seja, autodescoberta, a aprendizagem por meio da experiência atrevido-

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

se em atravessar a escuridão dos medos e desejos comumente vividos. Pintalgato arrisca-se para longe dos braços da mãe, a um mundo até então por ele desconhecido.

Olhando para o impacto dessa transgressão das regras da mãe, vemos que a nova experiência torna Pintalgato, de certa forma, mais rico, maduro e menos inocente. Um fato importante nessa obra coutiana consiste no tratamento dispensado à imagem da obediência doutrinária. Diferentemente dos textos matizados pelo projeto pedagógico, presente na grande maioria das obras moçambicanas, é fato de o personagem que simboliza a criança não ser tratada como menor ou submissa e exemplar. Não se vislumbra a inculcação da moral, disciplina e bom comportamento, mas sim visa sugerir respostas possíveis a certas questões levantadas na história. Por isso, caberá, ao público leitor, tal como Pintalgato, desvendar na obra os próprios enigmas.

Entre a vária recepção crítica da obra, Martha observa: A voz narrativa de *O gato e o escuro*, texto de Mia Couto para crianças, parece assinalar a fala do velho contador de histórias tribais, presentes nos contos moçambicanos, mas é a partir da focalização da mãe que a história de Pintalgato, ao encontrar o escuro, um dos seus grandes medos, compreende e supera seus temores (MARTHA, 2010, p. 18).

A partir da passagem, entendemos que o conto valoriza a curiosidade natural das crianças que, no processo de crescimento, arriscam-se a percorrer pela primeira vez os caminhos que se afastam da proteção do adulto. Revela de que modo os obstáculos criados pela superproteção do adulto pode asfixiar a mentalidade infantil.

Numa análise comparada entre *Chapeuzinho Vermelho*, do escritor francês, Charles Perrault; *Fita verde no cabelo: nova velha estória*, do escritor brasileiro, Guimarães Rosa e *O gato e o escuro*, do escritor moçambicano, Mia Couto, Calzolari identifica o que há de comum entre os personagens principais entre eles:

Em *Chapeuzinho Vermelho*, a mãe adverte a filha quanto ao percurso a seguir, já conhecido e, por isso, seguro. Mas a menina se distrai colhendo flores. Trava conversa com um estranho, no caso, o lobo, revelando-lhe como chegar ao seu destino. Enfim, se desvia do trajeto predeterminado pela mãe. Em Rosa, a própria Fita-Verde opta pelo itinerário a seguir: “E ela mesma resolveu tomar este

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

caminho de cá, louco e longo, e não o outro, encurtuoso” (CALZOLARI, 2007, p. 154).

Do mesmo modo, entendemos da leitura que no conto de fadas que deu origem à Fita Verde, Pintalgado é advertido pela mãe zelosa e “chata” quanto aos limites do território. Encantado pelo desconhecido, pelo proibido que o escuro representa, desobedece-a. Como Fita-Verde, também elege “um caminho louco e longo”, em detrimento do “curtuoso” e já acostumado, pois repetido no dia- a-dia (CALZOLARI, 2007, p. 154).

Aqui mostra-se que apesar das 3 obras terem sido publicadas em países e épocas diferentes, com dois personagens protagonistas humanos e um gatinho (animal), têm em comum o fato de a violação do proibido ou seja, a opção pelo caminho “perigoso” culmina com a metamorfose dos personagens: Chapeuzinho Vermelho, engolido pelo lobo, foi retirado do estômago transformado; Fita Verde, perde a fita que a nomeia; Pintalgato, de amarelo torna-se preto. Na visão de Calzolari (2007, p. 155), “São personagens que amadurecem em virtude do contato com o desconhecido ou interdito”.

Num outro desenvolvimento, Secco considera *O gato e o escuro* uma obra destinada às crianças, jovens e adultos na medida que mistura poesia, filosofia, psicologia, psicanálise e a narrativa levando profundas reflexões sobre a existência, os medos e desejos humanos:

Pintalgato é um gato que sonhava ultrapassar o pôr- do- sol; portanto, os limites das formas binárias de conhecimento: dia-noite; lua-sol; bem-mal; certo-errado, etc. uma vez adentrado a noite, o gatinho protagonista sujou as patas de escuro e depois afundou nas trevas. A escuridão metaforiza o lado de sombra da psique humana, o inconsciente, território dos sonhos e do desconhecido. O mergulho do gatinho representa, pois, a busca de si mesmo, a procura de sua imagem refletida no Outro, ou seja, o lado do eu que se completa, desfazendo dualidades – dia-noite, claro-escuro, realidade-ficção, que se suplementam, ensinando acerca da integralidade das coisas e dos seres no mundo (SECCO, 2007, p. 170).

A passagem mostra que, apesar de ser uma fábula, as suas metáforas se propagam para as transformações humanas na medida em que convoca a transposição da luz para o lado dos sonhos; o inconformismo com o rotineiro, o constante, o habitual, a mesmice, beliscando sempre para o lado do desconhecido e das surpresas.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Sobre a mesma obra de Mia Couto, Oliveira e Silva consideram duas perspectivas de análise: a primeira, olham para o fato de a obra ter uma temática de fronteira, do medo do escuro e um acontecimento inexplicável (a rápida mudança de coloração da pelagem de Pintalgato), classificam-na como pertencente à Literatura Fantástica; a segunda, consiste na possibilidade de enquadrá-la também no gênero fábula, pelo fato de possuir um personagem protagonista animal, imputado de características humanas: a fala e a consciência.

De acordo com os autores, o objetivo visa discutir a alteridade na obra, analisando de que forma o medo do espaço e do outro se constitui, indicando que ao mesmo tempo em que esses proporcionam medo, eles exercem um fascínio:

O escuro, no livro de Mia Couto, vive à margem dos outros, ele é um ser renegado pelo meio, posto como um ser diferente pela sua aparência física, enquanto Pintalgato era colorido e com traços físicos definidos, o escuro era negro e amorfo. [...] o fato da mãe de Pintalgato falar para ele não cruzar a linha do poente cria nesse o desejo em cruzá-la porque isso é proibido. Passar para outro lado gera prazer, prazer este que quer repetir por mais que seja proibido e que tenha efeitos colaterais, pois ele torna igual aos que habitam o escuro, se transforma em um gato preto (OLIVEIRA e SILVA, 2012, p. 51).

A passagem pretende mostrar que depois dos efeitos colaterais, Pintalgato perde a sua forma, a sua essência, ele tem dificuldades de conviver com essa nova realidade, temendo rejeição da mãe e da sociedade. Tal como enfatizam Oliveira e Silva (2012, p. 52), “O medo e o preconceito não são apenas dos outros, mas dele para consigo mesmo”. Os mesmos autores explicam que o medo do escuro, na verdade, é o medo das ideias escuras que temos sobre o escuro, pois estigmatiza-se o escuro por este não ser conhecido, não sendo possível ver o que há nele, fomentando pensamentos fóbicos sobre o mesmo.

Os vários estudos realizados sobre esta obra permitem-nos concluir que a mesma se preocupa com os problemas sociais tentando despertar no leitor uma flexibilidade no modo habitual de enxergar o mundo que o rodeia. É notória a relativização e questionamento de valores ocidentais ainda latentes em Moçambique como é o caso do

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

eurocentrismo e das concepções da religião católica romana sobre infância e juventude enquanto redutos da cultura propiciadora da miséria e da ignorância.

Ao mesmo tempo, Mia Couto elucida a diversidade de valores no mundo contemporâneo, através de questionamentos do ser humano frente às múltiplas transformações do dia-a-dia. Por seu turno, tenta buscar vozes dos diferentes contextos do mosaico sociocultural moçambicano, das crianças, jovens e adultos para sua obra. O contato com o corpo e a alma da obra permite notar que a mesma traduz linguagens (verbal e visual) autênticas para o seu público leitor. Por isso, ela não pretende consagrar-se em recurso pedagógico, doutrinário, maniqueísta, mas sim cumprir a função lúdica, catártica, libertadora, pragmática e cognitiva.

Desse modo, entendemos que as diversas abordagens sobre a obra que apresentamos acima, convergem para o fato de tentarem demonstrar que a escrita coutiana traz o universo cotidiano com seus conflitos para que sejam lidos, vistos, partilhados, vividos e sentidos pelo público leitor numa perspectiva dialógica e não com base na imposição de valores patentes nos programas de ensino, mas sim através da literatura que busca a arte, sua natureza.

Vimos que Pintalgato não se acomoda à realidade imposta à sua vida pois, observa os horizontes que se abrem além dos limites da luz e discute a ordem do mundo e das coisas, põe em causa a hegemonia da mãe e das instituições sociais na manutenção da ordem .

Podemos afirmar que a obra deixa nua a realidade das rejeições diárias sofridas por crianças, jovens e adultos no cotidiano moçambicano vítimas pela imagem do Outro ou pela sua ousadia em pensar diferente ou pelo seu olhar o mundo de maneira contrária aos modelos instituídos pela sociedade.

O gato e o escuro é uma obra importante no panorama atual da literatura infantil e juvenil em Moçambique e não só pelo seu caráter instigador ao público leitor na aceitação de si mesmo, na conquista de um espaço no mundo à sua volta e na produção de intertextos. Mais ainda, introduz uma multiplicidade de diálogos com outras obras, temas e tempos que rompem com a tradição pedagógica em curso, afirmando-se como obra de arte.

Considerações finais

A literatura infantil e juvenil em Moçambique emerge após o surgimento da Nação, em 1975, num contexto sociohistórico marcado pela euforia da independência, a guerra civil entre o governo e a RENAMO, a formação do Homem Novo e de uma Sociedade Nova, entre outros. É neste período que com a publicação da obra *Papá operário mais seis histórias* demarcamos a emergência desta literatura em formação. O país não possui uma política específica, até ao momento, para o livro de literatura infantil e juvenil sendo a mesma para a literatura para os adultos. Achamos que com uma política específica para o livro iria regular a qualidade da mesma.

A produção, circulação e consumo desta literatura em formação ainda é insipiente e tal como a literatura para os adultos caminha para a sua consolidação e legitimação. A publicação e o consumo das obras têm sido realizadas fora do país, principalmente em Portugal e no Brasil e só mais tarde é que chega aos leitores do país devido à existência de poucas editoras e livrarias. Por isso, a qualidade gráfica e textual, muitas vezes, deixa a desejar por alegadamente haver poucos leitores. Apesar de muitas obras, na atualidade, enveredarem pelos preconceitos do período anterior, principalmente pelo seu caráter doutrinário e não emancipatório, alguma produção em curso tem-se pautado pela arte literária.

Referências bibliográficas

CALZOLARI, Tereza Paula Alves. De como duas meninas e um gatinho, de continentes e tempos distintos, enfrentam o escuro. In: SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro (Org.). **Ensaio sobre literatura infantil de Angola e Moçambique: entre Alegorias e Fábulas**. Rio de Janeiro, Quartet, 2007, p. 143- 165.

COUTO, Mia. **O gato e o escuro**. Lisboa, Editora Caminho, S A, 2001.

DIAS, Hildizina Norberto. Materiais didáticos, educação psicomotora e reintrodução da Pré-primária. In: DUARTE, Stela Mithá e DIAS, Norberto Hildizina (Orgs.). **Ensino Básico em Moçambique: políticas, Práticas e Qualidade**. Maputo, Editora Educar, 2016, p. 27-35.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

LEITE, Ana Mafalda. **Ensaios sobre a Literaturas Africanas**. Maputo: Alcance Editores, 2013.

MARTHA, Alice Áurea Penteadó. Narrativas de língua portuguesa: temas de fronteira para crianças e jovens. MARCELO, Maria João; LIMA-HERNANDES, Maria Celia; ESTEVES, Elisa; FONSECA, Maria do Céu; GONÇALVES, Olga; VILELA, Ana Luísa e SILVA, Ana Alexandra (Orgs.). **Literatura infantil e juvenil: diálogos em Língua Portuguesa**. Portugal, Universidade de Évora, 2010, p. 1-22. Disponível em: <http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slt59/02.pdf>. Acesso em: 26 març. 2016.

MENDES, Orlando. **Papá Operário mais seis histórias**. Maputo, Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1980.

_____. **Sobre Literatura Moçambicana**. Maputo, Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1980.

NOA, Francisco. **A Letra, a Sombra e a Água**. Maputo, Texto Editores, 2008.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. **Personagens Negros da literatura infanto-juvenil no Brasil e em Moçambique: entrelaçando vozes, tecendo negritude (2000 - 2007)**. 2010. 301 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/6163>. Acesso em: 17 abr. 2015.

OLIVEIRA, Bruno Silva da e SILVA, Alexander Meireles da. **Um salto no escuro: o medo da escuridão em O gato e o escuro, de Mia Couto**. Brasil, Universidade Federal de Goiás, Anais do SILIAFRO, Volume, Número 1, EDUFU, 2012, p. 47-52. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosiliafro/wpcontent/uploads/2014/03/artigo_SILIAFR O_5.pdf. Acesso em: 28.dez. 2017.

RAMOS, Flávia Brocchetto e NUNES, Marília Forgearini. **Efeitos da ilustração do livro de literatura infantil**. Educar e Revista, Curitiba, Brasil, nº 48, p. 251-263, abr/jun, 2013, Editora UFPR. Disponível em: www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a15.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro. *O gato e o escuro: a busca de “um mundo em estado de infância”*. In: SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro (Org.). **Ensaios sobre literatura infantil de Angola e Moçambique: entre Alegorias e Fábulas**. Rio de Janeiro, Quartet, 2007, p. 169-170.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

_____ *O Beijo da palavrinha*, de Mia Couto: uma “estória de perigo”. In: SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro (Org.). **Ensaio sobre literatura infantil de Angola e Moçambique: entre Alegorias e Fábulas**. Rio de Janeiro, Quartet, 2007, p. 173- 176.

Recebido: 20/2/2021. Aceito: 10/5/2021.

Autor:

Pedro Manuel Napido - “Doutor em Letras, Professor de Literatura moçambicana na Universidade Licungo (UL); Departamento de Letras”.

Email: napido209070@gmail.com